



## REGIMENTO INTERNO DO GRUPO TÉCNICO DE PADRONIZAÇÃO DE RELATÓRIOS

### CAPÍTULO I Da Natureza e Finalidade

Art. 1º O Grupo Técnico de Padronização de Relatórios, instituído pela Portaria STN/MF nº 135, de 6 de março de 2007, modificado e atualizado pelas portarias Portaria STN/MF nº 416, de 15.7.2010 e Portaria STN/MF nº 110, de 21.2.2011, possui as seguintes atribuições:

I - analisar e elaborar diagnósticos e estudos, visando à padronização de relatórios e demonstrativos no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

II - apreciar as minutas do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, elaboradas pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, visando à sua atualização permanente;

III - apreciar minutas de instrução de procedimentos fiscais elaboradas pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

IV - identificar a necessidade de treinamentos e de desenvolvimento de material didático objetivando a correta aplicação dos conceitos fiscais na Administração Pública;

V - examinar minutas de legislação e normas relativas às matérias de competência do GTREL;

VI - elaborar seu regimento interno; e

VII - desenvolver outras funções relacionadas à harmonização de conceitos fiscais que lhe sejam designadas pelo Coordenador do GTREL.

### CAPÍTULO II Das Competências

Art. 2º O GTREL tem caráter técnico e consultivo, manifestando-se através de recomendações consignadas em atas, e deve nortear-se pelo diálogo permanente, tendente a reduzir divergências e duplicidades, em benefício da transparência da gestão fiscal, da racionalização de custos nos entes da Federação e do controle social.

Parágrafo único. O GTREL subsidiará com suas recomendações a edição de atos de competência do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal.

### CAPÍTULO III Da Composição, Organização e Funcionamento

#### Seção I Da Composição

Art. 3º O pleno do GTREL é composto por representantes vinculados às seguintes instituições, de acordo com o Anexo da Portaria STN/MF nº 110, de 21.2.2011:

I - Secretaria do Tesouro Nacional – STN:

a) Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação – CCONF, que coordenará o GTREL;

b) Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União – CCONT;

c) Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais – CESEF;

d) Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios – COPEM;

II - Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF;

III - Associação Brasileira dos Municípios – ABM;

IV - Associação dos Tribunais de Contas – ATRICON;

V - Confederação Nacional dos Municípios – CNM;

VI - Conselho da Justiça Federal – CJF;

VII - Conselho Federal de Contabilidade – CFC;

VIII - Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

IX - Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento – CONSEPLAN;

X - Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP;

XI - Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados e do Distrito Federal – CONACI;

XII - Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, da Câmara dos Deputados – CONOF;

XIII - Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, do Senado Federal – CONORF;

XIV - Controladoria-Geral da União – CGU;

XV - Departamento de Economia da Saúde e Desenvolvimento – DESD/SE/MS;

XVI - Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPSP/SPS/MPS;

XVII - Frente Nacional de Prefeitos – FNP;

XVIII - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;

XIX - Grupo dos Gestores de Finanças Estaduais – GEFIN;

XX - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

XXI - Instituto Rui Barbosa – IRB;

XXII - Ministério Público Federal – MPF;

XXIII - Secretaria de Orçamento Federal – SOF;

XXIV - Tribunal de Contas da União – TCU.

§ 1º Em função da matéria a ser tratada, o GTREL poderá se reunir com composição parcial, cabendo ao seu Coordenador, em conformidade com as disposições regimentais, convocar os participantes de cada reunião.

§ 2º Os membros titulares e suplentes serão indicados à coordenação do GTREL pelas instituições mencionadas no *caput* deste artigo por meio de ofício à CCONF, da STN, até 15 (quinze dias) após a publicação da Portaria STN/MF nº 110, de 21.2.2011, para a primeira reunião subsequente, e, a qualquer tempo, por iniciativa das instituições.

§ 3º A representação das instituições referidas nos incisos II a XXIV do *caput* deste artigo se dará por convite.

§ 4º A participação de instituições de representação nacional deverá privilegiar a diversidade de entes da Federação representados.

§ 5º Os membros titulares e suplentes indicados pela ATRICON e pelo IRB buscarão garantir a representação dos Tribunais de Contas dos Estados, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, dos Tribunais de Contas dos Municípios e dos Tribunais de Contas Municipais.

§ 6º O posicionamento técnico do GTREL, de caráter consultivo, será registrado mediante contagem dos votos dos titulares ou, na sua ausência, dos suplentes, nos termos do regimento interno.

§ 7º Todos os membros titulares e suplentes que representem as instituições referidas no *caput* deste artigo deverão ser indicados dentre servidores públicos, salvo nos casos de Associações, Conselhos e Institutos de natureza privada, os quais poderão participar por meio de um de seus membros titulares ou de representante com vínculo empregatício capaz de representar a respectiva entidade civil.

§ 8º Os membros titulares e suplentes poderão participar conjuntamente da reunião, devendo confirmar sua participação, por correio eletrônico, até 30 (trinta) dias antes de cada reunião.

§ 9º Poderão participar do GTREL, com o intuito de colaborar com os debates e sem direito a voto, ainda que não guardem qualquer vínculo empregatício ou prestem serviço por meio de entidades privadas para os entes da Federação das três esferas de governo:

I - assessores técnicos, desde que indicados por correio eletrônico pelas instituições mencionadas no *caput* deste artigo até 20 (vinte) dias antes de cada reunião, respeitado o quantitativo estabelecido no Anexo desta Portaria;

II - especialistas de outras instituições não mencionadas no *caput* deste artigo, desde que autorizados pelo Subsecretário de Contabilidade Pública do Tesouro Nacional, ou por quem este delegar tal atribuição;

III - convidados, desde que tenham manifestado interesse em participar de 30 (trinta) até 20 (vinte) dias antes de cada reunião e cuja inscrição tenha sido homologada pelo Subsecretário de Contabilidade Pública do Tesouro Nacional, ou por quem este delegar tal atribuição, respeitada a capacidade do local da reunião.

§ 10. O regimento interno deverá ser submetido à votação dos representantes presentes das instituições mencionadas no *caput* deste artigo, admitida a abstenção.

## Seção II Da Organização

Art. 4º A coordenação do GTREL é privativa da Gerência de Normas e Procedimentos de Gestão Fiscal - GENOP, da CCONF, da Secretaria do Tesouro Nacional, a qual compete:

I - convocar e coordenar as reuniões do GTREL;

II - elaborar e distribuir a pauta aos membros do GTREL, até 25 (vinte e cinco) dias antes de cada reunião, acompanhada do resumo técnico dos principais pontos a serem abordados em cada tema e da ata da reunião anterior, bem como receber sugestões de assuntos para discussão até 30 (trinta) dias antes de cada reunião;

III - elaborar e disponibilizar em meio eletrônico de amplo acesso público, quando for o caso, o material contendo as proposições e demais matérias objeto de apreciação, até 10 (dez) dias antes de cada reunião;

IV - disponibilizar a lista de convidados até 15 (quinze) dias antes de cada reunião em meio eletrônico de amplo acesso público;

V - registrar os debates das reuniões do GTREL, bem como elaborar e manter em arquivo as atas respectivas;

VI - providenciar a divulgação, em meio eletrônico de amplo acesso público, das atas das reuniões e dos demais documentos discutidos no GTREL, inclusive atos de competência do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

VII - subsidiar os membros com informações, estudos e dados técnicos referentes à matéria a ser apreciada;

VIII - promover os trabalhos administrativos necessários ao funcionamento do GTREL; e

IX - receber, preparar, dar tramitação, expedir e arquivar documentação relativa ao GTREL.

### Seção III Do Funcionamento

Art. 5º O GTREL estabelecerá o cronograma de reuniões ordinárias, que deverão realizar-se, no mínimo, uma vez por semestre.

§ 1º O GTREL reunir-se-á, extraordinariamente, mediante convocação de seu Coordenador ou da maioria absoluta de seus membros, observado, em ambos os casos, o prazo mínimo de 15 (quinze) dias para a realização da reunião.

§ 2º A qualquer momento, em caráter suplementar, poderão ser realizadas reuniões por meios eletrônicos, mediante convocação de seu Coordenador.

Art. 6º As reuniões do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios desenvolver-se-ão na seguinte ordem:

I - verificação do *quorum* mínimo de maioria absoluta dos representantes para instalação dos trabalhos;

II - discussão sobre a inclusão na pauta de matéria em regime de urgência;

III - aprovação da ata da reunião anterior;

IV - assuntos de ordem geral;

V – discussão das matérias constantes da pauta da reunião.

§1º O Coordenador poderá chamar os trabalhos à ordem ou suspender a sessão, quando julgar necessário.

§2º Os representantes titulares e substitutos poderão abster-se de participar das Recomendações do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios quando julgarem necessário.

Art. 7º As Recomendações do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios serão registradas na Ata da respectiva reunião.

§ 1º Qualquer representante do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios poderá solicitar a inversão da ordem de discussão de matéria constante da pauta ou solicitar a retirada de pauta para apresentar, de forma exclusiva ou em conjunto com outros representantes, estudos mais aprofundados sobre a matéria.

§ 2º A matéria retirada da pauta pelos motivos do parágrafo anterior terá sua discussão transferida para a subsequente reunião do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios.

§ 3º É vedado a qualquer representante do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios solicitar retirada da pauta de matéria que já tenha sido objeto de idêntica solicitação.

Art. 8 Os casos omissos serão resolvidos pelo Grupo Técnico de Padronização de Relatórios e, se urgentes, por deliberação do seu Coordenador, *ad referendum* do Grupo Técnico.

#### CAPÍTULO IV Das Atribuições

Art. 9 Ao Coordenador do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios incumbe:

- I – coordenar as reuniões do Grupo Técnico;
- II – promover os trabalhos administrativos necessários ao funcionamento do Grupo Técnico;
- III – receber, preparar, dar tramitação, expedir e arquivar documentação relativa ao Grupo Técnico;
- IV – elaborar as atas das reuniões do Grupo Técnico;
- V – registrar os debates das reuniões do Grupo Técnico, procedendo à sua revisão, e manter arquivos das Recomendações do Grupo Técnico;
- VI – distribuir aos representantes do Grupo Técnico, com antecedência de, no mínimo, vinte e cinco dias, a ata da reunião anterior, a ser submetida à discussão e aprovação dos representantes e convidados participantes, bem como a pauta das reuniões, acompanhada do respectivo resumo técnico;
- VII – manter arquivo atualizado da legislação de interesse do Grupo Técnico;
- VIII – providenciar a divulgação, na Internet ou por outro meio de acesso público, das Recomendações do Grupo Técnico;
- IX – subsidiar os representantes do Grupo Técnico com informações, estudos e dados técnicos referentes à matéria a ser apreciada;
- X – avaliar e encaminhar assuntos apreciados no âmbito do Grupo Técnico e que guardem relação de pertinência e conteúdo a outros grupos ou entidades existentes ou que venham a ser criados.

Art. 10. Aos representantes titulares, substitutos em exercício e convidados do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios incumbe:

- I - participar do Grupo Técnico para o qual foram designados, manifestando-se a respeito de matérias em discussão, ressalvado o §2º do art. 6º deste Regimento Interno;
- II - requerer aprovação de matéria em regime de urgência;
- III - desempenhar outras incumbências que lhes forem atribuídas pelo Grupo Técnico;
- IV - propor a criação de Subgrupos;
- V - deliberar sobre as propostas, pareceres e recomendações emitidos pelo Grupo Técnico; e,
- VI - apresentar moções ou proposições sobre assuntos de interesse do Grupo Técnico.

## CAPÍTULO V

### Disposições Gerais

Art. 11. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos pelo Grupo Técnico de Padronização de Relatórios.

Art. 12. O presente Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação, só podendo ser modificado por quorum qualificado de dois terços de seus representantes.

Brasília, 13 de abril de 2011.

Alex Fabiane Teixeira  
Coordenador do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios  
Gerente de Normas e Procedimentos de Gestão Fiscal  
Coordenação Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação  
Secretaria do Tesouro Nacional

Referendam:

REPRESENTANTES TITULARES / SUPLENTE:	ASSINATURAS
Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação – CCONF/STN	
Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União – CCONT/STN	
Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais – CESEF/STN	
Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios – COPEM/STN	
Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF – 1º Titular	
Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF– 2º Titular	
Associação Brasileira dos Municípios – ABM - 1º Titular	
Associação Brasileira dos Municípios – ABM – 2º Titular	
Associação dos Tribunais de Contas – ATRICON– 1º Titular	
Associação dos Tribunais de Contas – ATRICON– 2º Titular	
Associação dos Tribunais de Contas – ATRICON– 3º Titular	
Associação dos Tribunais de Contas – ATRICON– 4º Titular	
Confederação Nacional dos Municípios – CNM– 1º Titular	
Confederação Nacional dos Municípios – CNM– 2º Titular	
Conselho da Justiça Federal – CJF	
Conselho Federal de Contabilidade – CFC	
Conselho Nacional de Justiça – CNJ	
Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento – CONSEPLAN– 1º Titular	
Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento – CONSEPLAN– 2º Titular	
Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP	
Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados e do Distrito Federal – CONACI– 1º Titular	
Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados e do Distrito Federal – CONACI– 2º Titular	
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, da Câmara dos Deputados – CONOF	
Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, do Senado Federal – CONORF	
Controladoria Geral da União – CGU	
Departamento de Economia da Saúde e Desenvolvimento – DESD/SE/MS	
Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPSP/SPS/MPS	
Frente Nacional de Prefeitos – FNP– 1º Titular	
Frente Nacional de Prefeitos – FNP– 2º Titular	
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	
Grupo dos Gestores de Finanças Estaduais – GEFIN– 1º Titular	
Grupo dos Gestores de Finanças Estaduais – GEFIN– 2º Titular	
Grupo dos Gestores de Finanças Estaduais – GEFIN– 3º Titular	
Grupo dos Gestores de Finanças Estaduais – GEFIN– 4º Titular	
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE	
Instituto Rui Barbosa – IRB– 1º Titular	
Instituto Rui Barbosa – IRB– 2º Titular	
Instituto Rui Barbosa – IRB– 3º Titular	
Instituto Rui Barbosa – IRB– 4º Titular	
Ministério Público Federal – MPF	
Secretaria de Orçamento Federal – SOF	
Tribunal de Contas da União – TCU– 1º Titular	
Tribunal de Contas da União – TCU– 2º Titular	